

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
16/03/2020	09:00	11:00	Videoconferência

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Metas Nacionais/Meta 2
04	Indicadores Justiça em Números / Indicadores da Estratégia 2015-2020
05	Análise da Execução Orçamentária
06	Ação de Retomada Seplan / Projetos Estratégicos / Proposta de Projeto Estratégico
07	Semana de Sentenças e Baixas
08	Agendamento XVII RAE
09	Encerramento

3. Participantes

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Des. LOURIVAL de Almeida TRINDADE	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	Des. Carlos Roberto Santos Araújo	1º Vice-Presidência	
03	Des. Augusto de Lima Bispo	2º Vice-Presidência	
04	Des. José Alfredo Cerqueira da Silva	Corregedoria Geral da Justiça	
05	Des. Osvaldo de Almeida Bomfim	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	Des. Nilson Soares Castelo Branco	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	Juíza de Direito Eduarda Lima Vidal	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	
08	Juiz de Direito Fábio Alexsandro Costa Bastos	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
09	Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	Clio Nobre Felix	Chefia de Gabinete da Presidência	
11	Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima	Secretaria-Geral da Presidência	
12	Pedro Lúcio Silva Vivas	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
13	Fabício Nascimento Ferreira	Secretaria de Administração	
14	Bianca Serra Araújo Henkes	Secretaria Judiciária	
15	Janaína Barreto de Castro	Secretaria de Gestão de Pessoas	
16	Luis Augusto Bahiense Cardoso	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
17	Fernanda Pinto Dantas Braga	Controladoria do Judiciário	
18	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	
Nº	Nome de outros representantes convidados:	Representando:	Assinatura
19	Juíza de Direito Camila Vasconcelos Magalhães Andrade	AEP I	
20	Juiz de Direito Cláudio César Braga Pereira	NACP	
21	Juiz de Direito Marcos Adriano Silva Lêdo	Juiz Corregedor - CGJ	
22	Juiz de Direito Jonny Maikel dos Santos	Juiz Corregedor - CCI	
23	Juiz de Direito Raimundo Nonato Borges Braga	Juiz Assessor – 2º Vice-Presidência	
24	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Coordenadora Geral da Unicorp	
25	Adolfo de Souza Ferri	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	
26	Alexsandro Silva Santos	SEPLAN - Diretoria de Planejamento Estratégico	
27	Fábio D'Almeida Oliveira	SETIM - Diretoria de Modernização	
28	Hévila Moraes de Santana	SEPLAN	
29	Líbia Maria Almeida de Andrade	2º Vice-Presidência NugepNac	

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

30	Liz Oliveira Souza	SEJUD	
31	Marcela Nunes Rangel da Silva	SEJUD – DPG	
32	Marcelo José Couto de Freitas	CGJ	
33	Maria Cristina Carvalho Cunha	SEPLAN – DPE	
34	Mariana do Rosário Caires Alves de Moradillo	1ª Vice-Presidência	
35	Maurício Goés Dantas	SEPLAN - DPO	
36	Pedro de Matos Souza	SEPLAN	
37	Priscila Brito Sobrinho Ávila	SEPLAN	
38	Tatiany de Brito Ramalho	COJE	
39	Thais Fonseca Fellipi Pimentel	SEJUD – Diretora de Primeiro Grau	
40	Tuany Silva Andrade	UNICORP	
41	Viviane da Anunciação Souza	2ª Vice-Presidência	
42	Yves Christian Bernard Pavetto	SEPLAN	

4. Abertura

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas procedeu às orientações iniciais para a realização da reunião.

O Presidente do TJBA, Des. Lourival Trindade, fez a abertura da XVI Reunião de Análise da Estratégia cumprimentando os Desembargadores Augusto Bispo, José Alfredo, Osvaldo Bonfim e Nilson Castelo Branco, bem como aos magistrados, secretários e demais participantes da reunião.

O Presidente do CGov solicitou ao Desembargador Augusto Bispo que assumisse a presidência da RAE, em razão de demandas acumuladas na Presidência do TJBA, no entanto poderia retornar em momentos posteriores. Designou também a Chefe de Gabinete, Clio Nobre, para o representar nas questões administrativas na Reunião.

5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, realizou a leitura do resumo das XIV e XV Reuniões de Análise da Estratégia, esta última realizada em caráter extraordinária. Após a leitura e sem nenhuma consideração dos membros do CGov as atas foram aprovadas.

6. Metas Nacionais

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, apresentou os gráficos de desempenho do PJBA em relação às Metas Nacionais em 2020. O PJBA obteve todos os seus resultados abaixo dos índices determinados pelo CNJ.

7. Meta 2

Acerca da Meta 2, Pedro Vivas informou aos participantes o texto do Glossário para o ano de 2021. O Secretário apresentou os números relativos à Meta 2 nos anos de 2019, 2020 e os números a serem enfrentados em 2021.

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

Para alcançarmos o alvo será necessário julgar 484.701 processos de conhecimento, sendo 479.161, distribuídos até 31/12/2017 no 1º Grau, 1.784 no 2º Grau, 3.592 nos Juizados e 164 nas Turmas. Os três últimos distribuídos até 31/12/2018.

Dr. Cláudio Césare questionou se há condições de identificar, para fins de Meta 2, os impactos negativos no cumprimento dessa meta no que diz respeito às comarcas sem juízes. O magistrado considera que é desagradável para o juiz que cumpre suas metas, ver que o TJBA não consegue alcançar o objetivo, não por conta dos juízes, mas por falta de juízes. Seria importante ter como referenciar como as comarcas sem juízes impactam no alcance da meta. É importante verificar se os juízes estão cumprindo suas metas e se o impacto negativo se dá nas comarcas sem juízes.

Dr. Cláudio Césare deixou a pergunta se é possível fazer essa avaliação e verificar qual o real problema para o não cumprimento pelo TJBA.

O Secretário de Planejamento agradeceu a sugestão de Dr. Cláudio Césare e informou que será feito esse levantamento pela equipe do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica e será trazida ao CGov para que se possa verificar quais soluções podem ser dadas.

8. Indicadores Justiça em Números

Quanto aos indicadores do Justiça em Números, o Secretário de Planejamento ressaltou os seguintes pontos: houve queda no número de casos novos e nos processos baixados. Nesse último caso, Pedro Vivas lembrou que mesmo com a realização das Semanas de Sentenças e Baixas, o número não apresentou melhora. A projeção é que o número de processos baixados seja de 944.817, o menor desde 2016. Os indicadores de casos novos e processos baixados influenciam no Índice de Atendimento à Demanda, que decresceu em vinte pontos percentuais e a projeção é que fique em 82%, distante do mínimo de 100%. Em relação aos casos pendentes, o índice aumentou e consequentemente a Taxa de Congestionamento comportou-se da mesma forma, retornando ao patamar de 77%, semelhante aos índices dos anos de 2017 e 2018.

O Desembargador Osvaldo Bonfim concordou com Dr. Cláudio Césare e acrescentou também o fato de haver diversos processos suspensos e que não estão tendo andamento em razão das regras da pandemia. Em relação às comarcas que estão com deficiência de juízes e servidores, o Desembargador indagou sobre as perspectivas da Presidência sobre as designações para as comarcas do interior.

O Presidente do CGov, Desembargador Lourival Trindade, respondeu aos questionamentos do Desembargador Osvaldo Bonfim, lembrando que os juízes já foram nomeados e estão fazendo o curso de formação, e a designação para as comarcas deverá ocorrer em abril. Quanto a essas designações o Presidente esclareceu que serão obedecidos critérios objetivos para saber quais as comarcas mais carentes, não importando sua localização. O Desembargador Lourival Trindade enfatizou que os juízes nomeados deverão exercer seu ofício por vocação para a magistratura e as designações serão livres de interferências. A mesma postura será adotada para os servidores. O Presidente do CGov

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

acrescentou que as Corregedorias foram instadas através de Ofício a se manifestarem sobre as necessidades das comarcas.

O Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos, também acrescentou que os números do PJBA não estejam satisfatórios, ainda não sabemos os índices dos demais Tribunais no país. O Diretor compartilhou a informação que, em reunião com o Departamento de Pesquisa do CNJ, foi mencionada a queda nas taxas de congestionamento quase unânime. Ainda não é possível fazer estudos comparativos, pois o CNJ ainda não liberou os dados de todos os tribunais. O que se percebe é que a queda nos números foi generalizada principalmente em razão da suspensão dos prazos processuais, a suspensão de audiências afetou diretamente os juizados especiais, onde é a maior capacidade de vazão processual, inclusive observou-se a fuga de processos do 1º Grau para os Juizados, o que explica o Índice de Atendimento de Demanda ter caído para os Juizados.

9. Indicadores da Estratégia 2015-2020

Sobre os Indicadores da Estratégia do sexênio 2015-2020, o Secretário de Planejamento falou sobre os quarenta e seis itens divididos em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Recursos. Pedro Vivas falou sobre os indicadores mais expressivos, informou aos participantes que, em razão do grande número de itens não especificaria um a um, mas que todos eles estão no Portal da Estratégia de forma detalhada. Ao final, resumiu o desempenho do PJBA com o quadro abaixo:

PERSPECTIVAS	% INDICADORES CUMPRIDOS
SOCIEDADE	86%
PROCESSOS INTERNOS	46%
RECURSOS	41%
GERAL	51%

10. Análise da Execução Orçamentária

O Secretário de Planejamento prosseguiu a apresentação falando sobre os seguintes dados do orçamento de 2021: total para custeio e investimento, provisionamento realizado, empenho realizado e liquidação realizada. Em relação à Receita os dados apresentados foram: receita prevista para o bimestre, receita realizada, saldo positivo, receita média prevista março e receita média realizada março. Sobre a receita prevista Pedro Vivas alertou que o valor pode alterar em razão da situação econômica em época de pandemia.

Em relação ao orçamento para 2022, o Secretário informou que já está sendo elaborado o projeto de Lei Orçamentária Anual cumprindo os seguintes passos: estimativa da receita para o exercício financeiro; estratégia para alocação dos recursos; definição das Cotas do orçamento para as Ugs; elaboração dos Planos de Trabalhos Anuais (PTA) e do detalhamento das atividades e projetos orçamentários; consolidação dos PTAs; tramitação do Projeto de Lei pelo Cons. Magistratura e Tribunal Pleno e lançamento do Projeto Orçamentário no sistema FIPLAN. Pedro Vivas enfatizou que a cultura de alinhar o orçamento ao Planejamento Estratégico está sendo implementada paulatinamente.

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

Ao representar os números de forma gráfica pôde-se verificar que o que foi planejado está acontecendo na realidade tanto para orçado como para o que foi arrecadado e empenhado. Também foram detalhados por unidade gestora os valores provisionados, seus saldos e os valores empenhados.

11. Situação das Ações de Retomada

Pedro Vivas falou sobre a ação da Seplan de atualizar o Regimento Interno dos Órgãos de Apoio Administrativo do PJBA. A ação foi concluída, no entanto para que o Regimento seja completamente atualizado ainda há necessidade de revisar os artigos referentes aos Órgãos Auxiliares da Justiça. Tal escopo será realizado pela Seplan com a execução do projeto de Governança Corporativa.

O Secretário submeteu à aprovação do CGov a elaboração do escopo complementar posteriormente, o que, sem objeções, foi aprovado.

12. Situação do Portfólio de Projetos Estratégicos

A Coordenadora de Projetos e Processos, Cristina Cunha, falou sobre o portfólio de projetos estratégicos, exibindo o seguinte quadro:

Início	Quantidade	% Projetos	% Execução Média	Observação 01	Observação 02
2017	1	7,1%	83,0%	Projeto reagendado.	Finalizar o sistema Fisco.
2018	6	42,9%	59,2%	Projetos com caminhos críticos parados.	Acompanhar de perto para agilizar as entregas.
2019	0	0,0%	0,0%	Todos Executados.	Produtos Entregues.
2020	6	42,9%	65,2%	Originados das Ações de Retomada.	Importante aumentar ritmo da execução.
2021	1	7,1%	0,0%	Em fase de planejamento	Em fase de planejamento
Todos	14	100,0%	41,5%	Número permite ampliação.	% Execução baixo.

UNIDADE	PROJETOS	DATA INÍCIO	DATA DE TÉRMINO PLANEJADA	DATA DE TÉRMINO REPLANEJADA	% CONCLUSÃO EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES	DESCRIÇÃO
2ª VICE-PRESIDÊNCIA	MAPEAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS OU COM POTENCIAL DE REPETITIVIDADE	09/03/21	18/07/22			Lançado no Sistema. Em fase de Planejamento. Área demandante aguarda informações detalhadas da área técnica para lançar o cronograma do projeto.	Objetiva o estabelecimento de ferramenta de busca vinculada ao sistema judicial (PJE) para permitir a identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade que impactam no desempenho da atividade judiciária.
CGJ	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CÁLCULOS JUDICIAIS	07/05/18	18/03/19	11/06/21	75%	Projeto atualizado no Sistema.	Implantar Sistema de Cálculos Judiciais até Março de 2019.
	TODOS JUNTOS CONTRA O FEMINICÍDIO	12/06/18	09/08/19	25/11/21	36%	Proposta de retirada do projeto em razão de perda do objeto.	Promover em 2018 programa institucional evidenciando a importância da jurimetria processual sob a perspectiva de gênero, os fatores de risco e para fortalecer as instituições e uso do protocolo com vista à aplicação das Leis e Tratados Internacionais de combate à violência contra as mulheres.
	COORDENAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS - CCM	12/06/18	08/03/21	10/05/21	79%	Projeto atualizado no sistema, restando atividades de desenvolvimento de sistema e implantação nas comarcas de entrância final a serem concluídas.	Implantar a Coordenação de Cumprimento de Mandados (CCM).
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJEOR	01/06/20	18/01/21	25/05/21	63%	Projeto atualizado no Sistema. Ver situação em relação ao CNJ.	Promover a operacionalização do sistema PjeCor nas Corregedorias(CGJ,CCI,NEJ), Conselho da Magistratura, Tribunal Pleno e Gabinete Desembargadores, até 31 de dezembro de 2020, considerando a determinação do CNJ de utilização de plataforma única do "Processo Judicial Eletrônico".

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

UNIDADE	PROJETOS	DATA INÍCIO	DATA DE TÉRMINO PLANEJADA	DATA DE TÉRMINO REPLANEJADA	% CONCLUSÃO EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES	DESCRIÇÃO
COJE	IMPLANTAÇÃO DA QUEIXA CIDADÃ	15/05/18	23/03/20	15/04/21	98%	Atualizado no sistema, restando a atividade de desenvolvimento do módulo pré-processual a ser finalizado.	Desenvolver aplicativo de smartphone e portal web para geração de queixa devendo o resultado do cadastramento originar o Jus Postulandi.
	INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA COJE	17/02/20	07/12/21	25/10/21	57%	Projeto atualizado no Sistema.	Até Dezembro de 2021, desenvolver soluções em Tecnologia da Informação para o Sistema dos Juizados Especiais que promovam a automação de rotinas, simplificação de procedimentos, redução de custos e o consequente aumento da celeridade processual.
	CAMPANHA RECOLHER LEGAL	27/05/20	11/03/21	07/07/21	65%	Projeto Atualizado no Sistema.	Objetiva aumentar a arrecadação do Poder Judiciário, executando a Campanha "Recolher Legal", até dezembro de 2020, com a implementação de ações de orientação, fiscalização e medidas de responsabilização legal, bem como saneamento de todos os processos que atualmente constam na Central de Custas Judiciais - CCIUD, colimando mais proatividade na dinâmica do recolhimento das custas.
CTJUD	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO	17/05/18	26/02/19	21/06/21	65%	Projeto atualizado no Sistema.	Implantar Unidade de Acompanhamento de Gestão até dezembro de 2018.
NAF	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	07/04/17	29/01/20	13/10/21	83%	Atualizado no sistema, restando atividades de homologação e implantação do sistema FISCO a serem concluídas.	Aprimorar os processos de Gestão e Fiscalização da Arrecadação.
SEGESP	POPULUS	03/09/18	26/11/21	13/02/23	3%	Projeto atualizado no Sistema.	Projeto de aquisição e implantação do novo sistema de Gestão de Pessoas do TJBA. Em fase de Replanejamento.
SEJUD	CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DE DESEMPENHO NO 1º GRAU	08/04/20	07/01/21	16/03/21	99%	Projeto atualizado em fase de encerramento.	Realizar ações para fomento do cumprimento de metas nacionais de desempenho (metas 2 e 9 do CNU) nas unidades do 1º Grau do Poder Judiciário do Estado da Bahia, até dezembro de 2020. - Efetiva redução do acervo das unidades judiciais do 1º grau, relativo às metas de desempenho do CNU
	CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE GOVERNANÇA COLABORATIVA REGIONAL	13/07/20	02/02/21	01/06/21	87%	Projeto atualizado no Sistema. Verificar se haverá deliberação.	Capacitar os 22 juízes coordenadores da Rede de Governança Colaborativa Regional, estabelecida pelo decreto judiciário nº 311/2019 e garantir que os Planos Diretores Anuais de suas unidades sejam elaborados até 31/12/2020.
SETIM	SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE DE TIC	09/11/20	31/03/22	07/04/22	18%	Projeto atualizado no Sistema.	Aquisição e Implantação de uma solução de continuidade dos serviços essenciais de TIC até Março de 2022.

Cristina Cunha explanou acerca dos projetos, enfatizando aqueles que requerem mais atenção em seus acompanhamentos. Ao final da apresentação a coordenadora abriu a palavra aos participantes para considerações.

O Desembargador Augusto Bispo solicitou que o Secretário da Setim se manifestasse acerca do andamento das solicitações da 2ª Vice-Presidência relacionadas ao projeto de Mapeamento das Demandas Repetitivas ou com potencial de repetitividade.

O Secretário da Setim, Luís Bahiense, informou que o projeto é uma parceria entre STJ e TRF1 e as ações foram repassadas de uma forma macro para a gerência do projeto para que as datas fossem inseridas no Sistema de Gestão e Projetos de forma ampla. O secretário afirmou que poderá ser feita uma revisão nessas atividades, no entanto como há uma dependência do STJ e do TRF1, algumas atividades não podem ser aceleradas apenas pelo TJBA.

Desembargados Augusto Bispo agradeceu as explicações.

Líbia Andrade complementou as informações acerca do referido projeto, relatando que os dados foram inseridos no Sistema com as datas de forma macro e foi sinalizado pela Seplan que essas atividades precisam ser detalhadas. Já foi feita uma reunião entre Setim e 2ª Vice-Presidência onde ficou decidido que a área técnica avaliará questões de requisitos e riscos do projeto. Um dos riscos do projeto é a entrega do Codex pelo STJ. Após isso o cronograma poderá ser lançado no sistema para que seja acompanhado da melhor maneira. Líbia acredita que na próxima semana isso estará concluído.

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

Fábio D’Almeida, Diretor de Modernização, acrescentou que embora o projeto finde em 2022, serão feitas diversas entregas substanciais ainda em 2021. Inclusive a busca textual e a entrega referente aos temas repetitivos. Confirmou que o Codex é um risco, mas que como já foi identificado como tal, os tratamentos a ele já estão sendo elaborados. Mas também é uma oportunidade para o Tribunal para efeitos de economia de tempo de elaboração pelo TJBA.

Pedro Vivas passou a palavra ao Dr. Marcos Lêdo para falar sobre os projetos da Corregedoria Geral. O magistrado iniciou pela solicitação de retirada do portfólio de projetos estratégicos do projeto Todos juntos contra o Feminicídio. Relatou que o TJBA participou de um grupo que tratava sobre um protocolo de Feminicídio junto ao Governo do Estado da Bahia, através da Coordenação de Defesa dos Direitos da Mulher. Tal protocolo foi feito com base no modelo latino-americano para investigação de atitudes violentas contra mulheres por razão de gênero, elaborado pela ONU, através do alto comissariado de Defesa dos Direitos Humanos. Enquanto o projeto gerenciado pela CGJ estava tratando do entrave da tradução juramentada, o TJBA já participava do debate da elaboração desse protocolo junto ao Governo do Estado da Bahia. Dessa maneira não restou alternativa à Corregedoria se não solicitar a retirada do projeto por ausência de objeto, já que buscava o que já foi realizado pelo TJBA com o Governo Estadual.

Colocado em votação, foi aprovada a retirada do projeto do portfólio estratégicos.

Sobre a implantação do Sistema PJe-Cor, Dr. Marcos Lêdo, resta pendente o envio das ferramentas do CNJ para que o sistema seja implantado nos órgãos colegiados. As instâncias que deveriam ser cumpridas no TJBA foram feitas. Sobre a implantação da Central de Cumprimento de Mandados, o magistrado afirmou estar prestes a finalizar e quanto ao Sistema de Cálculos Judiciais informou que já foi feita a reunião com a Coordenação de Juizados Especiais e contarão com a parceria da Setim, Sejud, Segesp e órgãos que possam colaborar com pessoal para alimentar o sistema. A ferramenta de cálculo em si não é o maior entrave, e sim a alimentação do sistema. Agradeceu a atenção de todos e despediu-se.

Dra. Fabiana Pellegrino falou acerca dos números da Meta 2 da COJE. A magistrada relatou que a Coordenação sob sua gestão cumpriu a meta em 2020 e seguirá a mesma trilha no ano de 2021. Possivelmente não ocorrerá em relação às Turmas em razão da limitação de audiências por uma questão matemático-temporal. O tempo de duração dos julgamentos e a quantidade de juízes limita a quantidade de sessões. Dra. Fabiana Pellegrino informou que já foi solicitada a antecipação do horário de início das sessões a fim de ampliar a quantidade e incrementar os processos julgados.

Sobre as audiências, em especial as de conciliação, a magistrada informou haver um projeto minutado para apresentar ao Presidente do TJBA. Entretanto, para criar um núcleo de saneamento das audiências de conciliação é preciso dispor de estagiários. Como é de conhecimento de todos, no final de 2020, o CNJ previu a figura do estagiário conciliador, desde quando se submeta a uma capacitação específica, que já está sendo providenciada junto à Unicorp. A magistrada considera a medida como de extrema importância para que o Poder Judiciário da Bahia possa enfrentar o represamento das audiências de conciliação.

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

Em relação ao projeto Recolher Legal, a juíza coordenadora considera que os números alcançados foram satisfatórios em relação aos períodos pretéritos, porém ainda insuficientes para que se possa avançar. Sobre os dados de recolhimento a magistrada mostrou um acréscimo de 197% na arrecadação de custas judiciais remanescentes comparando os períodos de novembro e dezembro de 2019 e os mesmos meses de 2020. Evidenciando a importância do projeto, Dra. Fabiana Pellegrino solicitou à Setim, mesmo entendendo a dificuldade enfrentada pelo setor diante da implantação da nova versão do Pje, que as demandas da COJE referentes ao Recolher Legal sejam atendidas.

O Presidente do CGov, Desembargador Lourival Trindade parabenizou Dra. Fabiana Pellegrino pela condução do projeto Recolher Legal e citou como boa prática para o Poder Judiciário, apesar de estarmos em período de pandemia, enfatizou o percentual de 197% de crescimento. Finalizou parabenizando também toda a equipe envolvida.

Dra. Fabiana Pellegrino agradeceu às congratulações, compartilhou com a equipe e complementou com as informações de arrecadação nos anos de 2018, 2019 e 2020, evidenciando o crescimento vultoso. A magistrada enfatizou que o sucesso do projeto também se deve à gestão do Presidente e a importância de zelar pela saúde financeira do PJBA que propiciará a possibilidade de investimentos para a melhoria no atendimento à sociedade. Em razão disso, Dra. Fabiana Pellegrino lembrou seu pleito para que os prazos de atendimentos das demandas feitas pela gerência do projeto Recolher Legal não sejam tão estendidos, para que os resultados finais sejam alcançados ainda nessa gestão.

O Corregedor das Comarcas do Interior, Desembargador Osvaldo Bonfim, também parabenizou os resultados do projeto Recolher Legal e gostaria de saber mais detalhes sobre o projeto para que possa ser implementado no 1º grau. Além disso, o Corregedor também questionou à Coordenadora dos Juizados Especiais sobre a designação de conciliadores e juízes leigos às comarcas do interior. Ao Desembargador Nilson Castelo Branco, o corregedor solicitou a possibilidade de inclusão de magistrados no treinamento do PjeCor.

Dra. Fabiana Pellegrino esclareceu que todos os expedientes recebidos das Corregedorias são tratados com toda cautela e explicou que as comarcas que não são juizado adjunto não podem dispor da figura do juiz leigo. No que tange aos conciliadores há uma estratégia para que as unidades não fiquem desassistidas. Existem Cejuscs regionais e os processuais que atendem inclusive com a figura do mediador custeado pelo município onde está situado. Nos que são juizados adjuntos, a COJE dispõe, atuando como colaborador, em caráter provisório, os conciliadores, somente onde haja justiça gratuita concedida. A magistrada alertou para fato observado ao analisar os números de processos das comarcas que solicitam juízes leigos e conciliadores. Muitas comarcas recebem pouca quantidade de processos referentes à Lei 9.099 (trata de Juizados Especiais) e os juízes não os tratam, deixando acumular e ao chegar em números altos afirmam necessitar de juízes leigos naquela localidade. Dra. Fabiana Pellegrino colocou-se à disposição para auxiliar na busca de soluções, mas que é importante verificar o que ocorre em cada uma das comarcas.

O Corregedor Des. Osvaldo Bonfim designou o Dr. Jonny Maikel para fazer as tratativas acerca do tema com Dra. Fabiana Pellegrino.

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

O Diretor da Unicorp, Desembargador Nilson Castelo Branco, também fez congratulações à Dra. Fabiana Pellegrino acerca do sucesso nos números do projeto Recolher Legal. Sobre a solicitação do Desembargador Osvaldo Bonfim, o Diretor da Unicorp solicitou que a demanda seja feita por escrito, embora a equipe da Unicorp esteja atenta aos relatórios de correção. Dra. Rita Ramos mencionou que a demanda do Corregedor já está sendo providenciada, após reunião com Dra. Liz Resende. O treinamento do Pje está sendo providenciado aos magistrados e quanto ao PjeCor ainda resta a pendência para os Colegiados, mas assim que for possível será realizado.

A Diretora de Primeiro Grau, Thais Fellipi, relatou a dificuldade enfrentada na designação de magistrados para a Rede de Governança Colaborativa, no entanto, após a Reunião de Líderes Avançados, Dra. Eduarda Vidal se propôs a auxiliar na indicação de magistrados para a Rede. A Diretora enfatizou a importância do projeto pois nele consta, principalmente, a elaboração dos Planos Diretores Anuais de cada unidade judiciária, como forma de organizar a gestão e definir metas de acordo com o planejamento estratégico. Sobre o projeto de Cumprimento de Metas, Thais Fellipi ratificou seu encerramento e falou sobre as principais entregas: foram encaminhados os relatórios aos magistrados, todos os processos do projeto foram nominados, foram encaminhados os ofícios do Presidente, foram feitos os planejamentos com as unidades, foi criado um grupo de trabalho para atendimento da Meta 2 e o termo de encerramento já foi inserido no Sistema de Gestão e Projetos., .

13. Iniciativa Formação e Aperfeiçoamento do Servidor

Dra. Rita Ramos iniciou sua apresentação falando da razão para implementação do projeto através da percepção prática da necessidade de capacitação dos servidores, desde os mais básicos sistemas e normativos do Tribunal até os sistemas e normativos específicos de cada unidade administrativa. A Corregedoria, através das inspeções, inclusive dos termos que são rotineiramente encaminhados à Unicorp e outras demandas que surgiram, houve a demonstração que uma capacitação autoinstrucional e de oferta ao TJBA seria importante e crucial para o aperfeiçoamento dos servidores. Dessa maneira, após uma reunião demandada pela 2ª Vice-Presidência, verificou-se a confluência de interesses da Unicorp e esta unidade, surgiu a ideia da iniciativa, tendo como alinhamento estratégico o aperfeiçoamento da gestão de pessoas. O objetivo da iniciativa é desenvolver programa destinado à formação e aperfeiçoamento de servidores recém-ingressos no PJBA ou nas unidades judiciais e administrativas.

A magistrada explanou sobre a justificativa: “Contribuir para concretização do macrodesafio intitulado “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas” constante da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. Com a adequada formação, objetiva-se preparar o servidor para a realização de tarefas, com impacto na eficácia na prestação de serviços e competências compatíveis com as funções a serem desempenhadas”. Apresentou o patrocinador do projeto como o Desembargador Nilson Castelo Branco e o demandante o Desembargador Augusto de Lima Bispo. A gerente do projeto será Júlia Spínolla. O objetivo *smart* é “desenvolver, até dezembro/2021, programa de formação e aperfeiçoamento de servidores. ”

Sobre os benefícios do projeto, Dra. Rita Ramos citou: favorecer o sentimento de pertencimento e valorização do servidor; e aprimorar a prestação do serviço.

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

O custo estimado, inicialmente é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e sairá da dotação orçamentária da Unicorp.

A Coordenadora da Unicorp agradeceu a todos e finalizou sua apresentação.

Pedro Vivas franqueou a palavra para aqueles que desejassem se manifestar.

Desembargador Augusto Bispo elogiou a apresentação de Dra. Rita Ramos e ressaltou que a ideia do projeto foi da Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência, Viviane Souza, parabenizando-a.

O 2ª Vice-Presidente também elogiou a gestão do Desembargador Nilson Castelo Branco à frente da Unicorp, inclusive por ter designado Dra. Rita Ramos como Coordenadora Geral da Unicorp, que vem realizando um excelente trabalho.

Desembargador Augusto Bispo aproveitou o momento e parabenizou Dra. Fabiana Pellegrino pelos resultados obtidos frente a arrecadação das custas.

Pedro Vivas colocou a iniciativa em aprovação; e, sem nenhuma ressalva o projeto foi aprovado para integrar o portfólio de projetos estratégicos.

Desembargador Augusto Bispo agradeceu a defesa do projeto feita por Dra. Rita Ramos e a parceria com o Desembargador Nilson Castelo Branco, bem como a chefe de gabinete Viviane Souza e todos a equipe da 2ª Vice-Presidência.

14. Semana de Sentenças e Baixas

O Presidente do CGov, Desembargador Lourival Trindade, informou a necessidade de sua saída da reunião para solucionar outras questões, agradeceu a todos e designou o 2º Vice-Presidente, Desembargador Augusto Bispo para conduzir o restante do evento.

O Secretário de Planejamento colocou as sugestões de períodos para realização das Semanas de Sentenças e Baixas e foram aprovadas sem ressalvas as datas de 19 a 23/07 e 18 a 22/10.

15. Agendamento Próxima RAE

A data de 15 de junho de 2021 foi aprovada pelo Comitê de Governança. O Secretário de Planejamento deixa registrada a possibilidade de realização de uma RAE extraordinária em razão de existirem 2 propostas de inclusão de projetos no portfólio estratégico: E-social e Implementação da LGPD.

Dr. Cláudio Césare solicitou aos participantes do Comitê de Governança a maior atenção em relação ao projeto do E-social no que diz respeito às demandas feitas pela gestão, pois o não cumprimento de alguns requisitos pode gerar multas altas para o Tribunal, independentemente de o projeto ser aprovado para o portfólio estratégico.

A data para a próxima RAE foi aprovada por unanimidade.

XVI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVI RAE

16. Encerramento

Desembargador Nilson Castelo Branco solicitou a palavra antes do término para agradecer às palavras do colega, Desembargador Augusto Bispo, bem como elogiar o trabalho desenvolvido pela magistrada Coordenadora Geral da Unicorp, Dra. Rita Ramos, da Secretária Geral, Tuany Andrade e o Vice-Diretor, Desembargador José Aras Neto. Além de tecer elogios aos membros da Mesa Diretora atual, definindo-a como uma equipe de ouro. Agradeceu e despediu-se.

Desembargador Augusto Bispo agradeceu e passou a palavra ao Corregedor Geral de Justiça, Desembargador José Alfredo, que se manifestou para parabenizar Dra. Fabiana Pellegrino, Desembargador Nilson Castelo Branco e Dra. Rita Ramos. O Corregedor conclamou a todos para a união, diante do momento difícil enfrentado pelo PJBA.

Desembargador Augusto Bispo agradeceu e encerrou a XVI Reunião de Análise da Estratégia.